

FOTO: FABIO NUNES TEIXEIRA



Prefeitura finaliza recapeamento em mais duas avenidas

Cidade **Pág. 6**

FOLHA METROPOLITANA

o *Jornal de Guarulhos*

48 ANOS

Quinta-feira, 07 de maio de 2020

Ano 49 N° 706

FOTO: DIVULGAÇÃO



Poupatempo digital vai emitir documentos e seguro desemprego

Nacional **Pág. 8**

f jornalfolhametro

folhametropolitanagru

fmetropolitana_

www.fmetropolitana.com.br

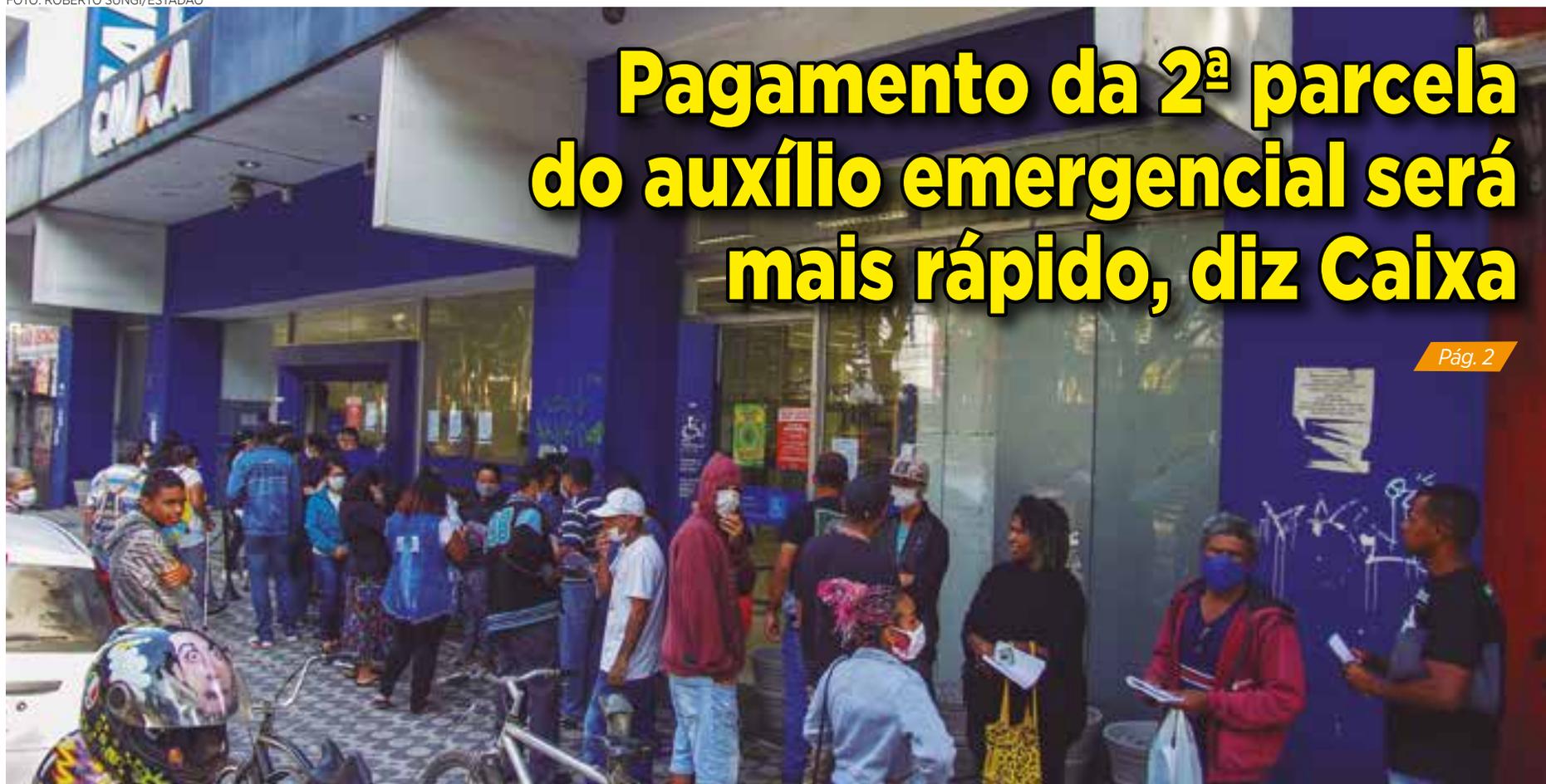
Distribuição Gratuita

Guarulhos registra pior índice de isolamento social com 47%

Percentual registrado na terça-feira (05) foi o pior desde o início da quarentena no município; baixo índice inviabiliza flexibilização e prefeito Guti reforça necessidade de a população ficar em casa

Pág. 7

FOTO: ROBERTO SUNGI/ESTADÃO



Pagamento da 2ª parcela do auxílio emergencial será mais rápido, diz Caixa

Pág. 2

Mortes por coronavírus chegam a 99 no município

Pág. 7

Nove óbitos que estavam sob investigação tiveram a causa da morte confirmada para covid-9 ontem; número de casos já é de 730

Cotações	-0,51% 79.063 Bovespa	+2,03% R\$ 5,70 Dólar	+2,02% R\$ 6,17 Euro	3% Selic (ano)	R\$ 1.045 Salário Mínimo
----------	------------------------------------	------------------------------------	-----------------------------------	--------------------------	------------------------------------

Disque-Denúncia
181

O segundo lote será feito de maneira muito mais eficiente, porque já temos a base das pessoas que receberão”, **Pedro Guimarães, presidente da Caixa Econômica Federal**

ACONTECE

Pagamento do segundo lote dos R\$ 600 será mais eficiente, diz Caixa

O pagamento do segundo lote do auxílio emergencial de R\$ 600 (R\$ 1,2 mil para mães solteiras) será mais eficiente porque a base de dados da Caixa Econômica Federal está montada, disse ontem o presidente do banco, Pedro Guimarães. Segundo ele, o novo calendário, que será divulgado ainda esta semana, terá datas mais espaçadas para evitar aglomerações nas agências.

“Na segunda parcela, poderemos pagar de maneira diferente, estamos discutindo com o Ministério da Cidadania uma maneira onde já temos a base de dados. E a grande maioria das pessoas terá essa organização com datas espaçadas, ou seja, não faremos a forma de pagar [nascidos em] janeiro e fevereiro em um dia ou maio e junho em outro dia. Porque pagar 20 milhões de pessoas com conhecimento muito baixo da questão de tecnologia acabava gerando demanda muito grande”, disse Guimarães em coletiva.

Para o presidente da Caixa, o fato de muitas pessoas ainda estarem sacando a primeira parcela do benefício ocasionou boa parte das filas nas agências. Segundo ele, isso ocorreu porque a análise dos cadastros pela Dataprev, estatal de tecnologia que verifica se o beneficiário se enquadra nos critérios para receber o auxílio, ocorreu enquanto o banco tinha começado a pagar o benefício, represando o fluxo de atendimento. Na segunda parcela, o problema não se repetirá, disse Guimarães.

“O segundo lote será feito de maneira muito mais eficiente, porque já temos a base das pessoas que receberão [os pagamentos]. Uma parte relevante do que a gente estava pagando eram pessoas que a gente ia montando dentro da base de dados. E, para não esperar um mês para começar a pagar, fomos pagando as pessoas com os cadastros ainda sendo analisado”, afirmou.

FOTO: WERTHER SANTANA/ESTADÃO

FOLHA
METROPOLITANA

Editora Happens

Diretora de Redação: Rosana Ibanez - rosana.ibanez@fmetropolitana.com.br
Diretor Comercial: Cae Mendroni - cae.mendroni@fmetropolitana.com.br
Diagramação e Arte: Ivanildo Barbosa e Bianca Lima - arte@fmetropolitana.com.br
E-mail Redação: redacao@fmetropolitana.com.br
E-mail Comercial: comercial@fmetropolitana.com.br
Agência de Notícias: Agência Estado/ Imprensa: Folha Gráfica
 Os artigos e colunas assinados são de responsabilidade de seus autores.

Sede, Redação e Publicidade: Rua Ari Barroso 166 - 1º andar - Jardim Pinhal - Guarulhos - SP - CEP: 07120-040
 Telefone: 11 4210-1371 - Whatsapp: 11 99643-2765
 www.fmetropolitana.com.br

RETRATO DO LEITOR

Caro leitor, poste sua foto no Facebook ou Instagram com a #SuaFotoNaFolha. Se sua foto for a mais curtida, você poderá ganhar um super prêmio. Participe!

FOTO: EDUARDO VALENTE/ESTADÃO



QUARENTENA - Amanhecer na praia do Campeche em Florianópolis (SC) durante o isolamento social

PEDRO NOTARO

pedronotaro@gmail.com
 WhatsApp: 99507-6900



Piada pronta!

Tão acostumado com o famoso golpe de vista, na terça-feira o presidente Jesus (Republicanos) encerrou a sessão virtual afirmando que “visualmente não há quórum”. Será que a tela do computador dele deu pane?...

E não?

A falta de pátio para recolhimento de veículos continua. E assim crescem as queixas da população sobre carros abandonados. A Prefeitura poderia usar emergencialmente os ginásios Thomeozão e Fioravante: estão parados mesmo...

Elite

Segundo informações do portal de transparência da Prefeitura, os procuradores hoje representam a casta do funcionalismo público. Salários de R\$ 30 a R\$ 48 mil. Em época de pandemia com reajuste zero e até diminuição para comissionados, o tema é assunto entre os servidores...

Duro de encarar!

O ex-vereador Unaldo Santos, outrora ca-

cique do PSB, não pretende mais ser candidato a vereador. Mas vai lançar o filho, Paulinho Futu. Detalhe: pelo PSD, partido que já conta com 9 vereadores e assim foi apelidado de “Esquadrão Suicida”...

Pendurando as chuteiras

O ex-secretário de Esportes Tom Roque afirma que irá sair da política de Guarulhos. “Minha época já passou”, resume melancolicamente. Imaginava-se que ele seria candidato a vereador...

Entendedores entenderão

O prefeito Guti (PSD) virou fã do saudoso grupo guaru “Mamonas Assassinas”. Além de camisetas da banda, Guti adotou como foto de seu WhatsApp o símbolo da trupe. Mas duvido que ele goste da música “Lá vem o Alemão”...

Acredite se quiser

Um leitor me enviou ontem foto de outdoor do vereador Betinho Acredite (PTB) na região do Pimentas. Acho que seria bom sua assessoria retirar antes que cause problemas com a justiça eleitoral...

International

O empresário Marcello Louzada, pré-candidato a vereador pelo DEM, foi convidado pela revista inglesa “Finance Monthly Finance” a concorrer a prêmio de reconhecimento na área de finanças...



Sarau online envolve participantes em clima de arte e amizade

FOTO: DIVULGAÇÃO/PMG



aos participantes e desenvolvimento para artistas iniciantes. A participação é livre.

Aberto a artistas das mais diferentes linguagens, o Sarau Amor e Esperança conta com apresentações musicais, leitura de poesias e crônicas, pockets com piadistas contadores de causos, compartilhamento de desenhos e pinturas, entre outros.

Para participar os interessados devem enviar uma mensagem para a fanpage do evento, solicitando a inserção de seu nome em uma lista. Em cada edição é possível a participação de até 12 pessoas; as demais inscritas podem assistir ao sarau e participam na semana seguinte. Em meio aos participantes há poetas experientes e artistas novatos, que perdem a timidez com o alto grau de envolvimento e amizade que o evento proporciona.

DA REDAÇÃO - Toda quarta-feira, sempre das 19h às 21h, a Prefeitura de Guarulhos apresenta o Sarau Amor e Esperança, veiculado pela fanpage do evento no Facebook, disponível em <https://www.facebook.com/Sarau-amor-e-esperanca%3%A7a-102829921406683/>. Iniciativa da Secretaria de Cultura e da Casa de Cultura Popular São Rafael, o sarau tem como objetivo proporcionar cultura

Eniac realiza mesa redonda virtual gratuita com especialistas de diversas áreas

DA REDAÇÃO - Em tempos de distanciamento social, o Grupo Eniac organiza mesas redondas virtuais, com especialistas e professores de diversas áreas, para compartilhar conhecimento à comunidade em geral. Qualquer pessoa pode se inscrever gratuitamente no link: <https://vestibular.eniac.edu.br/mesa-redonda>. A ação é dividida por segmentos e ocorre em diversos dias e horários - mais detalhes podem ser vistos no mesmo link da inscrição.

Nestas mesas redondas, professores vão falar sobre assuntos variados com os convidados especialistas em cada área. Irão participar arquitetos, engenheiros, gestores e técnicos, entre outros profissionais.

Serão debatidos temas relacionados aos seguintes setores: gestão e negócios; engenharias e arquitetura;

informática e TI; educação e licenciatura; saúde e esportes; atualidades e carreiras.

Os interessados podem participar de debates ao vivo, com a possibilidade de fazer perguntas que, na medida do possível, serão respondidas pelos especialistas. Além disso, os inscritos também têm acesso ao material gravado para assisti-lo em um momento mais oportuno dentro de sua rotina.

“A ideia é discutir assuntos do momento, como o mercado de trabalho em um cenário de pandemia, passando por engenharia, marketing, psicologia e demais setores da economia. É algo bem amplo”, explica o mantenedor da instituição, professor Ruy Guérios.

Segundo ele, a mesa redonda é mais uma iniciativa do Eniac para as pessoas aproveitarem o tempo dispo-

nível, durante a pandemia, com a realização de coisas positivas e a ampliação do conhecimento. “É uma oportunidade que damos à sociedade para ‘driblar’ a quarentena, no bom sentido e respeitando as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), obviamente. É uma ‘viagem’ feita a partir da troca de experiências com os mais renomados nomes do mercado”, conclui.

FOTO: DIVULGAÇÃO



Receba nossa edição online no seu celular

SALVE NOSSO NÚMERO E MANDE UMA MENSAGEM VIA WHATSAPP PARA (11) 99643-2765

64%

dos leitores de jornal impresso da cidade leem a

FOLHA
METROPOLITANA

f jornalfolhametro @ folhametropolitanagr

www.fmetropolitana.com.br

OAS Engenharia e Construção S.A.

CNPJ nº 18.738.697/0001-68

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A OAS Engenharia e Construção S.A. submete a V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do relatório do auditor independente.

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	743	151	841
Contas a receber	5	13.823	18.044	18.468
Partes relacionadas	6	45.690	30.460	45.690
Estoques		3.545	704	3.710
Despesas antecipadas		2.053	1.626	2.053
Impostos a recuperar		330	98	447
Outros ativos		4.175	1.874	4.417
Total do ativo circulante		70.359	52.957	75.626
Ativo não circulante				
Partes relacionadas	6	272.983	291.378	285.808
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	2.543	344	2.543
Depósitos e valores vinculados		57	49	69
Despesas antecipadas		1.466	1.571	1.466
Outros ativos		632	62	641
Investimentos	7	1.814	2.166	-
Imobilizado	8	1.196	954	2.500
Intangível		5	4	5
Total ativo não circulante		280.696	296.528	293.032
Total do ativo		351.055	349.485	368.658

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)						
Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Prejuízo acumulado	Total
		Outras reservas	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2017	301.105	(67)	186	2.647	(2.594)	301.277
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.608)	(4.608)
Outros resultados abrangentes	-	(163)	-	-	-	(163)
Absorção de prejuízos	-	-	(186)	(2.647)	2.833	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	13	301.105	(230)	-	(4.369)	296.506
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(14.591)	(14.591)
Outros resultados abrangentes	-	-	428	-	-	428
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	428	-	(14.591)	(14.163)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	13	301.105	198	-	(18.960)	282.343

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A OAS Engenharia e Construção S.A. ("Companhia") é uma Companhia domiciliada no Brasil, com sede localizada na Avenida Júlia Gaioli, 1544, Água Chata, na cidade de Guarulhos - SP. A Companhia tem como única acionista a OAS S.A. ("OAS") e tem como objeto social a exploração da atividade de engenharia civil e da indústria da construção civil e pesada; inclusive gerenciamento e execução de projetos e obras, importação e exportação em geral; compra e venda de imóveis próprios; locação de bens móveis; serviços de dragagem e transporte; navegação marítima; fluvial e lacustre; manutenção e montagem industrial, instalações e montagens elétricas, eletrônicas, eletromecânicas e mecânicas; sempre que do interesse social, podendo inclusive, constituir e participar em consórcio de empresas e participar como sócia ou acionista de outras sociedades no Brasil e no Exterior. A controladora OAS, juntamente com outras empresas do setor, estão sendo investigadas pelo Ministério Público Federal e pela Polícia Federal, em operação denominada "Lava Jato", sobre supostas irregularidades cometidas em contratações da Petrobras, conforme detalhado na nota 21. 1.1. **Recuperação judicial da OAS:** Em 31 de março de 2015, a OAS e outras companhias do Grupo OAS em vista da situação financeira desfavorável que se encontrava, aliada a uma série de outros fatores, dentre os quais destacamos: (i) a forte retração do setor de construção civil e da economia; (ii) restrição a linhas de crédito; e (iii) recente antecipação de vencimentos da maior parte do endividamento da controladora; ajuizou, no Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, distribuído sob nº 1030812-77.2015.8.26.0100, em conjunto com a OAS e outras companhias do Grupo OAS (em conjunto doravante denominadas "empresas em recuperação", nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05 ("Lei de Recuperação Judicial"). A OAS e suas controladas em recuperação avaliaram que, diante dos desafios decorrentes do agravamento da sua situação econômico-financeira, a Recuperação Judicial era a medida mais adequada para proteger o valor dos seus ativos, bem como para atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades. Em 1º de abril de 2015, o Juízo da 1ª Vara Empresarial de Recuperação Judicial e Falências do Foro Central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo ("1ª Vara de Recuperação") deferiu o processamento da recuperação judicial da Controladora, tendo sido nomeado como administrador judicial (artigo 52, I, e artigo 64 da Lei de Recuperação Judicial) Alvarez & Marsal Consultoria Empresarial do Brasil. **Condições gerais do Plano de Recuperação Judicial ("Plano").** Em cumprimento ao disposto no artigo 53 da Lei de Recuperação Judicial, a Companhia em conjunto com as companhias em recuperação judicial, em 19 de junho de 2015, apresentou o Plano junto à 1ª Vara de Recuperação com a proposta dos meios de recuperação a serem empregados; e juntamente com laudos de avaliação econômico-financeira e de avaliação dos bens e ativos. Nos termos do artigo 56 da Lei de Recuperação Judicial foi convocada Assembleia Geral de Credores ("AGC") para o dia 22 de setembro de 2015, em primeira convocação, e para o dia 29 de setembro de 2015, em segunda convocação. Devido a sucessivos pedidos de suspensão da AGC, foram feitas novas convocações, sendo a última marcada para o dia 17 de dezembro de 2015, na qual o Plano foi aprovado pela maioria dos credores e homologado pelo juiz da 1ª Vara de Recuperação Judicial em 27 de janeiro de 2016. O Plano aprovado promove modificações em relação ao originalmente apresentado em juízo no dia 19 de junho de 2015, derivadas do processo de negociação com os credores e apresenta as seguintes principais características: (i) Processamento da Recuperação Judicial ("RJ") como illosconsciente ativo e apresentação de um plano único para votação, com tratamento individual por Companhia em recuperação; (ii) A ineficácia da incorporação da OAS Investimentos S.A. ("OASI") pela OAS, deliberada por seus acionistas em 26 de dezembro de 2014 e suspensa por força de decisão judicial; (iii) Tratamento específico para cada categoria de credores baseado em critérios objetivos e coerentes com o sistema da RJ. Apesar de unitário, o Plano dispensa um tratamento específico a cada categoria de credores, baseado nos seguintes critérios: (i) Natureza dos créditos e homogeneidade de interesses dos credores (financeiros, fornecedores, etc.); (ii) Direitos obtidos pelo credor quando da contratação do respectivo crédito junto ao Grupo OAS (garantias, sociedades devedoras, etc.); (iii) Patrimônios das sociedades devedoras; e (iv) Moeda e condições de pagamento originalmente contratadas. Para que as Companhias em recuperação possam recompor o capital de giro necessário para a continuidade de suas atividades e preservação dos seus ativos, bem como para o desenvolvimento dos seus planos de negócios, é indispensável que essas possam, no âmbito da recuperação judicial, adotar os seguintes meios de recuperação, previstos no Plano: a) Reorganização societária de forma a obter a estrutura societária mais adequada ao desenvolvimento de suas atividades após o redimensionamento previsto no plano de negócios resultante do Plano. b) Alienação de bens do ativo não circulante, com exceção daqueles que integram o novo plano de

Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita líquida	14	62.047	31.597	62.047
Custos dos serviços prestados	15	(67.491)	(30.564)	(67.491)
Lucro bruto		(5.444)	1.033	(5.444)
Despesas gerais e administrativas	15	(7.746)	(8.032)	(10.354)
Outras receitas (despesas) - líquidas	15	4.531	6.520	4.670
Receitas (despesas) operacionais		(3.215)	(1.512)	(10.417)
Lucro (prejuízo) antes da equivalência, receitas (despesas) financeiras e impostos		(8.659)	(479)	(15.861)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(1.025)	454	-
Provisão para perdas em investimentos	7	(6.296)	(1.558)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(15.980)	(1.583)	(15.861)
Receitas financeiras		343	158	343
Despesas financeiras		(1.398)	(1.664)	(1.517)
Resultado financeiro	16	(1.055)	(1.506)	(1.174)
Prejuízo antes dos impostos		(17.035)	(3.089)	(17.035)
Imposto de renda e contribuição social	17	-	-	-
Correntes		2.444	(1.519)	2.444
Diferidos		(1.591)	(4.608)	(14.591)
Prejuízo do exercício		(14.591)	(4.608)	(14.591)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prejuízo do exercício		(14.591)	(4.608)	(14.591)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Perda na conversão das operações com controladas no exterior		14	103	14
Perda na conversão com investimentos no exterior		414	(266)	414
Total do resultado abrangente do exercício		(14.163)	(4.771)	(14.163)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

contra uma ou mais entidades estrangeiras, os quais serão quitados mediante o recebimento do seguinte pacote, por todos os Credores Financeiros - Grupo 2, independentemente do exercício de suas opções, de: (i) Notas de refinanciamento OAS e/ou Construtora OAS S.A. ("COAS"), no valor de R\$ 725.000, atualizadas monetariamente pela TR, acrescidas de Juros de 5% ao ano, com prazo de pagamento de 19 anos; (ii) Bônus de subscrição, proporcionalmente aos valores dos respectivos créditos em relação à soma dos Créditos Financeiros - Grupo 1 e dos Créditos Financeiros - Grupo 2, conferindo direito de subscrever pro rata aqueles correspondentes a 40% do capital da OAS S.A. na hipótese de qualquer Evento de Liquidez; e (iii) Excesso de caixa, que, juntamente com os itens (i) e (ii) será pago proporcionalmente ao valor do respectivo crédito. Adicionalmente aos instrumentos de pagamento acima, os Credores Financeiros - Grupo 2 receberão também os seguintes instrumentos de pagamento, conforme a Opção em Dinheiro ou a Opção em Notas eventualmente exercida: (iv) Recurso Invepar, sejam estes oriundos: (a) da venda para a Brookfield; (b) da venda para qualquer terceiro vencedor do leilão judicial; (c) no caso do exercício do direito de preferência pelos demais acionistas da Invepar; ou (d) na hipótese de transferência das Ações Invepar para SPE Credores, mediante o recebimento de Ações Classe B dessa SPE, as quais farão jus ao recebimento de 24,40% dos Recursos de eventual futura venda das Ações Invepar, líquidos de custos e despesas na OAS; e (e) Recursos Ativos OAS; (v) Notas Prioritárias OASI no valor de R\$ 306.128, caso a SPE Credores não seja a compradora; ou R\$225.000 caso a SPE Credores seja a compradora após o Leilão Judicial; e (vi) Notas Prioritárias OAS em USD, emitidas em USD no valor correspondente a R\$ 336.411, acrescido de Juros de 13% ao ano, com prazo de vencimento de 10 anos; b) Credores Financeiros - Grupo 3. São os titulares de créditos decorrentes de operações realizadas no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, denominados em Reais, detidos contra a OAS Empreendimentos S.A. ("OASE"), os quais serão quitados mediante: (i) Pagamento de até R\$ 9.889.000 (nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais) para cada Credor, sempre limitado ao valor do Crédito; (ii) Distribuição pro rata de R\$ 10.000 em 31 de dezembro de 2016, 2017, 2018 e 2019, acrescidas de Juros de 0,25% ao ano; (iii) Distribuição pro rata de R\$ 44.000 em 31 de dezembro de 2020, acrescida de Juros de 0,25% ao ano; e (iv) Quitação do saldo remanescente no 25º Aniversário, acrescido da TR acumulada observada no período, podendo haver um pagamento extraordinário em caso de recebimento de aporte no FIP OAS Empreendimentos por parte da cotista FUNCEF, sempre limitado a 50% deste. b.6) Créditos Financeiros SPE Gestão e OASI. Os Créditos Financeiros SPE Gestão e OASI serão quitados mediante assunção da dívida da SPE Gestão pela OAS Arenas (ou sua sucessora) nas seguintes condições: (i) Atualização das parcelas por IPCA + 10,3% ao ano pagas em uma única parcela no vencimento; (ii) Amortização com eventuais dividendos recebidos pela OAS Arenas. b.7) Créditos dos Fornecedores da OAS, COAS e/ou Entidades Estrangeiras. Estes créditos, convertidos para moeda nacional de acordo com a taxa de conversão aplicável, serão quitados mediante: (i) Pagamento de até R\$ 9.889.000 (nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais), para cada Credor, sempre limitado ao valor do Crédito; (ii) 60% do eventual saldo remanescente dividido em até 12 parcelas semestrais, atualizado pela TR e acrescido de Juros de 0,10% ao ano, a serem pagas na forma detalhada no Plano; e (iii) 40% do eventual saldo remanescente dividido em 2 parcelas semestrais, atualizado pela TR e acrescido de Juros de 0,10% ao ano. b.8) Créditos dos Fornecedores da OASE e da OAS Imóveis. Estes Créditos serão quitados mediante: (i) Pagamento de até R\$ 9.889.000 (nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais), para cada Credor, sempre limitado ao valor do Crédito; e (ii) Eventual saldo remanescente receberá pagamento pro rata de R\$ 4.519, dividido em 04 parcelas mensais fixas, a forma do Plano. b.9) Créditos ME/EPP da OAS e COAS. Estes Créditos serão quitados mediante: (i) Pagamento de até R\$ 9.889.000 (nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais), para cada Credor, sempre limitado ao valor do Crédito; e (ii) 60% do eventual saldo remanescente dividido em até 12 parcelas semestrais, atualizado pela TR e acrescido de Juros de 0,10% ao ano, a serem pagas na forma do Plano; e (iii) 40% do eventual saldo remanescente dividido em 2 parcelas semestrais, atualizado pela TR e acrescido de Juros de 0,10% ao ano. b.10) Créditos ME/EPP da OASE e OAS Imóveis. Estes Créditos serão quitados mediante: (i) Pagamento de até R\$ 9.889.000 (nove mil, oitocentos e oitenta e nove reais), para cada Credor, sempre limitado ao valor do Crédito; e (ii) Eventual saldo remanescente receberá pagamento pro rata de R\$ 464, dividido em 04 parcelas mensais fixas, na forma do Plano. **Detalhamento dos efeitos do Plano:** a) Vinculação do Plano. As disposições do Plano vinculam as Companhias em recuperação, seus acionistas e credores, incluindo os respectivoscessionários e sucessores, nos termos do artigo 59 da Lei de Recuperação Judicial. A aprovação do Plano acarretou a novação dos créditos, que serão liquidados na forma estabelecida nele. Mediante referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, bem como outras obrigações e garantias que são incompatíveis com as condições do Plano deixaram de ser aplicá-

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)				
Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício				
antes dos impostos		(17.035)	(3.089)	(17.035)
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos impostos com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Equivalência patrimonial	7	1.025	(454)	-
Depreciações e amortizações	15	147	149	495
Provisão (Reversão) para perda em investimentos	7	6.296	1.558	-
Ganho (perda) na venda de imobilizado	15	(1.786)	(540)	(1.786)
Juros sobre aplicações financeiras	(22)	(4)	(4)	(717)
Provisão impairment estoque	15	(1.012)	(1.045)	(1.012)
Provisões para contingências	18	1.096	-	1.096
Outros		120	-	120
Aumento (redução) nos ativos operacionais		4.105	(12.666)	3.951
Contas a receber		1	(238)	(21)
Impostos a recuperar		(232)	1	(578)
Depósitos e valores vinculados		(578)	(24)	(24)
Despesas antecipadas		(322)	(1.947)	(322)
Outros ativos		(3.002)	(582)	(2.927)
Aumento nos passivos operacionais		3.214	3.404	5.112
Fornecedores		3.214	3.404	5.112
Salários, provisões e contribuições sociais		3.358	840	3.829
Tributos e contribuições a recolher		6.643	3.497	6.721
Receita diferida		(1.193)	1.947	(1.193)
Outros passivos		(386)	2.237	(757)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		436	(6.538)	(5.241)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Empréstimos pagos de terceiros		-	-	(3.282)
Empréstimos tomados a partes relacionadas	6	21.233	13.424	26.245
Empréstimos pagos a partes relacionadas	6	(22.377)	(6.026)	(22.459)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(1.144)	7.398	4.406
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aquisição de investimento		-	(1.119)	-
Recebimento na venda de imobilizado	1.333	540	1.337	1.072
Aquisição de imobilizado	(32)	(131)	(35)	(426)
Aquisição de intangível	(1)	(2)	(1)	(2)
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	500
Caixa gerado pelas atividades de financiamento		1.300	(712)	1.301
Aumento no caixa e equivalentes de caixa antes do efeito da variação cambial		592	148	466
Efeito de variação cambial no caixa		-	12	38
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		592	148	478
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício		151	3	363
No final do exercício		743	151	841
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		592	148	478

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

veis, sendo substituídas pelas previsões contidas nele. b) Extinção de ações contra as Companhias em recuperação. Exceto se previsto de forma diversa no Plano, os credores não mais poderão, a partir da aprovação do Plano: (i) ajuizar ou prosseguir com ações judiciais ou processo de qualquer tipo; (ii) executar qualquer sentença, decisão judicial ou sentença arbitral; (iii) penhorar quais bens para satisfazer seus créditos; (iv) criar, aperfeiçoar ou executar qualquer garantia real sobre bens e direitos para assegurar o pagamento dos seus créditos; (v) reclamar qualquer direito de compensação contra qualquer crédito devido às Companhias em recuperação. Todas as ações e execuções judiciais em curso contra as Companhias em recuperação serão extintas, e as penhoras e constrições existentes serão liberadas. **Condições resolutivas do Plano:** O Plano prevê determinadas condições que, em sua ocorrência, podem acarretar o cancelamento automático do mesmo, com a consequente manutenção e/ou reconstituição dos direitos e garantias dos credores nas condições originalmente contratadas, tais como: (i) a ausência de constituição de garantias sobre os ativos a serem alienados; (ii) ausência de celebração de todos os instrumentos necessários para a formalização da assunção e reestruturação de obrigações; (iii) a constatação de qualquer falsidade ou incorreção quanto a qualquer declaração ou garantia prestada pelas Recuperandas e/ou qualquer dos seus Acionistas, direto ou indireto; (iv) o descumprimento, pelas Recuperandas e/ou qualquer dos Acionistas, de qualquer obrigação assumida no Plano ou prática de qualquer ato ou medida incompatível com as disposições do Plano; (v) o descumprimento de qualquer obrigação prevista no Plano devida até o encerramento da Recuperação Judicial; (vi) a declaração, pelo Juízo da Recuperação Judicial, de que qualquer cláusula, termo ou condição do Plano é inválida, nula ou ineficaz (dispositivo anulado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo); dentre outras. Vale ressaltar que as Recuperandas vêm cumprindo regularmente com todas as cláusulas do Plano, não havendo que se falar em resolução do mesmo. **Expectativas da Administração:** Para fins de atender o disposto no Inciso II do Artigo 53 da Lei de Recuperação Judicial, a Administração das Companhias em recuperação, em conjunto com seus assessores financeiros, elaborou estudo técnico econômico, tendo como foco a viabilidade econômica do plano de recuperação. Após a análise da reestruturação dos passivos e ativos, das condições de liquidez de médio e longo prazos, e considerando suas origens de recursos, despesas e estruturas de ativos e passivos, acredita-se que o desempenho operacional das Companhias em recuperação e consequente geração de caixa suportam a viabilidade econômico-financeira das mesmas. O referido estudo foi apresentado em juízo juntamente com o Plano.

Entidades Controladas	País	Participação direta no capital social	
		2019	2018
OAS Engenharia e Construção S.A. - Sucursal Portugal ("OAS E&C Portugal")	Portugal	100,00%	100,00%
OAS Engenharia e Construção S.A. - Sucursal Argentina ("OAS E&C Argentina")	Argentina	100,00%	100,00%
OAS Engenharia e Construção S.A. - Sucursal Peru ("OAS E&C Peru")	Peru	100,00%	100,00%
OAS Engenharia e Construção S.A. - Sucursal Costa Rica ("OAS E&C Costa Rica")	Costa Rica	100,00%	100,00%
OAS Engenharia e Construção S.A. - Sucursal Panamá ("OAS E&C Panamá")	Panamá	100,00%	100,00%
OAS Engineering Namibia ("OAS E&C Namibia")	Namíbia	100,00%	100,00%

2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de

☆ continuação

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também de acordo com as normas internacionais. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). A administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 30 de abril de 2019 e considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que possam ter efeito sobre estas demonstrações contábeis, quando requeridos. Todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que são utilizadas pela Administração, para tomada de decisão. **2.2. Base de elaboração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo. A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e do exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da companhia e suas controladas é o real e todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais (moeda de apresentação), exceto quando indicado de outro modo. "As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais". A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o real e todos os valores apresentados nas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Políticas contábeis das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** **a) Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações contábeis cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou superiores em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **b) Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. **c) Investimentos e base de consolidação:** **c.1) Investimentos em empresas controladas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • tem poder sobre a investida; • está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto; • direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; • direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis aquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. **c.2) Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes:** Nas demonstrações contábeis, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). **c.3) Investimentos em coligadas e joint ventures:** Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (*joint venture*). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas contábeis e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Uma *joint venture* é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou *joint ventures* são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou *joint venture* é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a

participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou *joint venture*. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou *joint venture* ultrapassa a participação do Grupo nessa coligada ou *joint venture* (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou *joint venture*), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada ou *joint venture*. **d) Tributação:** Impostos de renda e contribuição social correntes: A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. **e) Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. **f) Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia adota o prazo de 12 meses como ciclo operacional. **g) Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **h) Reconhecimento da receita:** CPC 47/IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes: O CPC 47/IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita deve ser reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47/IFRS 15 substitui as normas CPC 30/IAS 18 - Receitas, CPC 17 (R1)/IAS 11 - Contratos de Construção, ICP 02/IFRIC 15 - Contrato de Construção do Setor Imobiliário e ICP 11/IFRIC 18 - Recebimento em Transferência de Ativos de Clientes. A Companhia adotou o CPC 47/IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos do CPC 47/IFRS 15 ao período comparativo de 2017 apresentado. O CPC 47/IFRS 15 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com referido CPC, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A receita de contratos de construção, que é substancialmente composta por obras de infraestrutura, é reconhecida levando-se em conta o estágio de execução de cada contrato na data-base das demonstrações financeiras. O método utilizado para determinar o estágio de execução considera a proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e aprovados pelo cliente em relação ao total dos custos orçados de cada contrato (método de porcentagem de conclusão - POC). Para contratos que não possam ter sua receita avaliada de maneira confiável em relação ao trabalho executado de acordo com esse método, a Companhia leva em consideração medições do trabalho executado e aprovado pelo cliente com a finalidade de apurar a receita contábil. Os valores recebidos de clientes superiores às receitas apropriadas são registrados na rubrica "Adiantamentos recebidos de clientes", no passivo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra. Caso os valores recebidos de clientes sejam inferiores às receitas apropriadas, a diferença é registrada na rubrica "Contas a receber de clientes", no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra. Como a Companhia já adotava os princípios do CPC 47/IFRS 15 em suas demonstrações financeiras, não houve mudanças na mensuração de suas receitas (receitas de contratos de construção e receita de vendas) para as obrigações de performance identificadas. **i) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). **j) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso dos ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde estes custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre no final de cada exercício de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. A classificação desses instrumentos é baseada no modelo de negócio considerando as características dos fluxos de caixa contratuais, podendo ser mantido apenas para pagamento ou recebimento de principal e juros ("somente P&J"), venda do próprio instrumento ou ambas. **3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:** **3.1. Uso de estimativa e julgamento:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRSs e os CPCs, exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que elas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. **a) Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **a.1) Reconhecimento de receita e margem dos contratos de construção e provisões para contratos:** O resultado estimado dos contratos é revisado mensalmente durante a execução dos contratos e representa a melhor estimativa dos benefícios econômicos futuros do contrato, bem como os riscos e obrigações a ele associados. Quando a revisão do resultado estimado dos contratos indica que os custos totais do contrato excedam à receita total do contrato, a perda esperada é reconhecida imediatamente como uma despesa no resultado do exercício. **a.2) Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas,

Participações no Brasil	Saldos em 31/12/18		Movimentação		Saldos em 31/12/19	
	Investimentos	Provisão para perda	Integração patrimonial	Provisão para perda	Investimentos	Provisão para perda
Sucursal Portugal - OAS E&C	-	(1.233)	-	(168)	(31)	(1.432)
Sucursal Peru - OAS E&C	1.007	-	(1.007)	(958)	(13)	(971)
Sucursal Costa Rica - OAS E&C	1.159	-	(18)	(18)	673	1.814
Sucursal Panamá - OAS E&C	-	(85)	-	(4.716)	(158)	(4.959)
Namíbia	-	(474)	-	(454)	(57)	(985)
Total	2.166	(1.792)	(1.025)	(6.296)	414	(8.347)

ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. **3.2. Novas normas, alterações e interpretações já adotadas no período corrente:** Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS: S.O CPC 00 - Estrutura conceitual terá sua 3ª revisão vigente a partir de 1º de janeiro de 2020. A revisão da Estrutura Conceitual ("Conceptual Framework") traz as seguintes novidades: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados. Outras normas alteradas e interpretações: As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia: • Definição de um negócio (alterações ao CPC 15 - IFRS 3); • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 - IAS 1 e CPC 23 - IAS 8); e, • IFRS 17 Contratos de Seguros. **3.3. Novas normas que ainda não estão em vigor:** Apesar de o IASB encorajar a adoção antecipada de novas normas emitidas, tal prática não é permitida no Brasil pelo CPC, portanto a Companhia já aplicará apenas na data de sua adoção inicial. **CPC 06 - R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil:** Vigente a partir de 1º de janeiro de 2019, revoga o CPC 06 - R1 (IAS 17) e correspondentes interpretações, sendo seu principal impacto o reconhecimento de todos os arrendamentos no balanço patrimonial das Companhias, independentemente se operacional ou financeiro. Com isso, os arrendamentos operacionais, que antes eram divulgados apenas em nota explicativa como "Obrigações contratuais não registradas", passam a ser registrados contabilmente. Como resultado, passa a existir um modelo único de contabilização dos arrendamentos, formado pelo ativo de direito de uso e pelo passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A administração da Companhia não estima efeito relevante quando da adoção inicial da referida norma. **IFRIC 23 - Uncertainty over income tax treatment:** O ICP 22 (IFRIC 23) esclarece como mensurar e reconhecer os tributos sobre o lucro quando há incertezas. Esta interpretação trata: a) se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente; b) se as premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais; c) como a entidade deve determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e d) como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias. A aplicação desta interpretação não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia e suas controladas.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	732	141	826	350
Certificados de depósito bancário - CDB	11	10	11	10
Demais aplicações financeiras	-	4	3	-
	743	151	841	363

Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Prestação de serviços Construção				
Governos	11.491	18.044	11.491	18.044
Privados	2.332	-	3.731	1.130
Partes relacionadas	-	-	3.246	3.184
Total	13.823	18.044	18.468	22.358

6. Partes relacionadas: As operações entre partes relacionadas da Companhia são efetuadas sob condições pactuadas entre as partes, referem-se a transações de conta corrente e sem a incidência de encargos financeiros. A seguir, estão demonstradas as operações:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo				
OAS S.A. (a)	299.239	320.472	299.239	320.472
OAS E&C Portugal	1.676	951	-	-
OAS E&C Namíbia	367	346	-	-
Sucursal Panamá - OAS E&C	72	69	-	-
OAS Investimentos	17.319	-	17.319	-
Sucursal Panamá	-	-	668	606
Construtora OAS Guiné	-	-	5	6
Construtora OAS Guiné Equatorial	-	-	967	947
Construtora OAS Ghana Ltd.	-	-	45	44
Construtora OAS - Sucursal Peru	-	-	9.026	8.878
EPASA	-	-	4.050	3.824
Construtora OAS - Honduras	-	-	16	14
Construtora OAS - Sucursal Haiti	-	-	22	20
Construtora OAS - Sucursal Costa Rica	-	-	99	90
Construtora OAS - Sucursal Argentina	-	-	42	36
Total	318.673	321.838	331.496	334.937
Circulante	45.690	30.460	45.690	30.460
Não circulante	272.983	291.378	285.806	304.477
Total	318.673	321.838	331.496	334.937

(a) A realização deste saldo ocorrerá por meio de reestruturações societárias, transferência de ativos e compensações futuras previstas no plano de Recuperação Judicial do Grupo OAS e descritas no memorando de entendimento firmados entre as partes relacionadas do Grupo OAS.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivo				
Construtora OAS S.A.	15.718	20.042	16.520	20.770
COESA Engenharia Ltda.	4.598	4.598	4.598	4.598
OAS Energy GmbH	-	-	2.561	2.343
Construtora OAS Ghana Ltd.	-	-	166	156
OAS Energy - Sucursal Portugal	-	-	1.791	1.756
EPASA	-	-	7.158	7.417
Construtora OAS - Sucursal Bolívia	-	-	749	-
Construtora OAS - Sucursal Peru	-	-	2.575	-
OAS Logística e Comercio Exterior	-	-	24	22
Total	20.316	24.640	36.142	37.062
Circulante	-	-	802	728
Não circulante	20.316	24.640	35.340	36.334
Total	20.316	24.640	36.142	37.062

Controladora	2019		2018		Taxas de depreciação % a.a.
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Máquinas e equipamentos	1.207	(344)	863	769	10
Móveis e utensílios	34	(2)	32	5	10
Hardware	12	(3)	9	8	20
Veículos	1.816	(1.766)	50	68	20
Outros	256	(14)	242	104	-
Total	3.325	(2.129)	1.196	954	-

Consolidado	2019		2018		Taxas de depreciação % a.a.
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Máquinas e equipamentos	2.990	(854)	2.136	2.040	10
Móveis e utensílios	14	(3)	11	8	10
Hardware	73	(10)	63	35	10
Veículos	1.817	(1.768)	49	357	20
Outros	255	(14)	241	104	-
Total	5.149	(2.649)	2.500	2.544	-

A seguir estão apresentadas as movimentações no ativo imobilizado:

	2019		2018		Consolidado
	2019	2018	2019	2018	
Saldo inicial			954	971	2.544
Adições			32	131	35
Baixas, líquidas de depreciação			221	-	202
Depreciação			(11)	(148)	(506)
Variação cambial			-	-	225
Saldo final			1.196	954	2.500

A Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2019.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários	1.117	73	1.973	418
FGTs	256	157	256	157
Provisão de férias	1.967	1.269	1.967	1.269
Outros encargos	2.631	1.110	2.631	1.110
	5.971	2.609	6.827	2.954

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
10. Tributos e contribuições a recolher:				
PIS	423	184	423	197
COFINS	2.217	1.067	2.217	1.130
PIS/COFINS/CSLL	-	-	272	530
ISS	572	195	572	195
INSS	3.128	1.601	3.311	1.357
IRRF	1.101	808	1.767	1.630
Outros	56	30	280	72
Total	7.497	3.885	8.842	5.111
Circulante	6.035	2.653	7.380	3.879
Não circulante	1.462	1.232	1.462	1.232
Total	7.497	3.885	8.842	5.111

	Encargos financeiros		Consolidado		
	Moeda	Anuais	Ano de vencimento	2019	2018
Financiamentos					
Leasing financeiro	Soles	6,00%	2020	1.365	643
Total				1.365	643

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Passivo circulante				
Passivo não circulante				
Total			1.365	643

12. Parcelamento de tributos: A Companhia nos exercícios de 2019 e 2018, aderiu a parcelamentos de tributos federais, conforme demonstrado abaixo

Prefeitura finaliza recapeamento em mais 2 avenidas

FOTO: FÁBIO NUNES TEIXEIRA

DA REDAÇÃO - A prefeitura finalizou nesta semana o recapeamento de mais duas vias da cidade: a avenida Caetano Zamataro, na Ponte Grande, e a avenida Doutor Timóteo Penteadado, num trecho entre as avenidas Mãe dos Homens e Tiradentes, na Vila Hulda. Agora a próxima etapa é a de sinalização de solo para completar os serviços nessas vias.

Executados pela empresa Paupedra Pedreiras, Pavimen-

tações e Construções Ltda., os trabalhos na avenida Caetano Zamataro contam com recapeamento asfáltico numa extensão de 720 metros, com valor de contrato de R\$ 362,4 mil. Já os trabalhos na avenida Doutor Timóteo Penteadado foram feitos em 753,4 metros da via com um custo de R\$ 414,4 mil. Ambos tiveram início em abril deste ano e aguardam apenas a sinalização viária para serem concluídos.

Os recapeamentos fazem parte do Programa de Melhoria de Infraestrutura de Guarulhos, realizado permanentemente em todas as regiões da cidade e gerenciado pela Secretaria de Obras. Por conta da pandemia da covid-19, todas as empresas contratadas para a execução das obras foram orientadas a que seus funcionários trabalhem com equipamentos de segurança e que não sejam do grupo de risco.



Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)									
	Controladora		Consolidado		17. Imposto de renda e contribuição social:	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
Impostos e taxas	(764)	(467)	(765)	(580)	Resultado contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(17.035)	(3.089)	(17.035)	(3.089)
Provisão impairment estoque	1.012	1.045	1.012	1.045	Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Ganho (perda) na venda de imobilizado	1.786	540	1.919	540	Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	5.792	1.050	5.792	1.050
Outras receitas (despesas), líquidas	(912)	—	(907)	—	Ajuste no lucro (prejuízo) que afetam o resultado do período:				
Total	(70.706)	(32.076)	(77.908)	(35.878)	Adições permanentes				
Custos dos serviços prestados	(67.491)	(30.564)	(67.491)	(32.035)	Despesas não dedutíveis	(1)	—	(1)	—
Despesas gerais e administrativas	(7.746)	(8.032)	(15.087)	(10.354)	Equivalência patrimonial	—	154	—	—
Outras receitas (despesas), líquidas	4.531	6.520	4.670	6.511	Reversão do efeito do prejuízo das investidas no exterior	—	—	(348)	(205)
Total	(70.706)	(32.076)	(77.908)	(35.878)	Exclusões permanentes				
16. Resultado financeiro:					Equivalência patrimonial	(348)	—	—	—
					Reversão do efeito do lucro das investidas no exterior	—	—	—	359
					(-) Imposto de renda e contribuição social não reconhecidos	(1.877)	(2.721)	(1.877)	(2.721)
					Outras adições/exclusões	(1.122)	(2)	(1.122)	(2)
					Imposto de renda e contribuição social no resultado	2.444	(1.519)	2.444	(1.519)
Receitas financeiras									
Juros recebidos ou auferidos:					Ativos				
Sobre aplicações financeiras	—	1	—	3	Provisão para perda de Investimento	2.734	594	2.734	594
Sobre impostos a recuperar	—	—	—	1	Prejuízo fiscal e base negativa	4.743	2.721	4.743	2.721
Sobre consórcios	22	3	22	3	Outras provisões temporárias	375	346	375	346
Descontos obtidos	321	154	321	133	Subtotal	7.852	3.661	7.852	3.661
Subtotal	343	158	343	140	Provisão para não realização de IR/CS diferidos	(4.597)	(2.721)	(4.597)	(2.721)
Despesas financeiras					(-) Compensação com o passivo	(712)	(596)	(712)	(596)
Juros pagos ou provisionados:					Total	2.543	344	2.543	344
Sobre fornecedores	(258)	(830)	(311)	(830)	Passivos				
Sobre obrigações fiscais e sociais	(892)	(780)	(892)	(780)	Lucro diferido de obras	(712)	(841)	(712)	(841)
Sobre empréstimos e financiamentos	(90)	—	(128)	(108)	Subtotal	(712)	(841)	(712)	(841)
Varição monetária/cambial passiva	—	(1)	—	(1)	(-) Compensação com o ativo	712	596	712	596
Despesas bancárias	(16)	(45)	(44)	(86)	Total	—	(245)	—	(245)
Fianças bancárias	(43)	—	(43)	(40)	Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativos	2.543	344	2.543	344
IOF	(96)	(8)	(96)	(8)	Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivos	—	(245)	—	(245)
Subtotal	(1.398)	(1.664)	(1.517)	(1.853)	Total	2.543	99	2.543	99
Total	(1.055)	(1.506)	(1.174)	(1.713)					

A Administração

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da OAS Engenharia e Construção S.A. - Guarulhos - SP. **Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da OAS Engenharia e Construção S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OAS Engenharia e Construção S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Sem modificar nossa opinião e conforme descrito na Notas Explicativas nº 1.1 e 2.2 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de março de 2015, a controladora, em conjunto com as demais companhias em recuperação ("Grupo OAS"), apresentou pedido de recuperação judicial, o qual foi deferido em 1º de abril de 2015. O plano foi aprovado pela Assembleia Geral dos Credores em 17 de dezembro de 2015 e homologado em 27 de janeiro de 2016 na 1ª Vara de Falências e Recuperação Judicial do Foro Central Cível da Comarca da Capital do Estado de São Paulo. Em decisão proferida no dia 03 de março de 2020,

pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo OAS. Esse fato compreende um importante marco dentro de um conjunto de ações implementadas pelo Grupo no processo de reestruturação do seu ambiente de controle e de negócios. Todavia, seus efeitos positivos dependerão do sucesso das próximas ações que representem eventos futuros, os quais, nesse momento, não há como prevê-los. Esses fatos indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da acionista da Companhia. Desta forma, a continuidade da Companhia depende do sucesso da implementação das ações operacionais da sua controladora OAS S.A. após o fim do processo de Recuperação Judicial. **Ênfases: Realização do saldo de partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta na rubrica "Partes relacionadas", no ativo, os montantes de R\$ 318.673 mil e R\$ 331.498 mil, individual e consolidado, respectivamente, cuja realização depende principalmente de reestruturações societárias por meio de sua controladora OAS S.A., e da transferência de outros ativos do Grupo OAS, que ocorrerá após determinadas condições previstas pela Administração serem cumpridas. A realização do montante acima dependerá do sucesso do cumprimento dessas condições. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto. **Contingências:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, onde a Administração divulga informações relativas a notificação administrativa do Processo de nº 10314.720/152/2019-61, decorrente da cobrança de crédito tributário a título de imposto sobre Operações Financeiras ("IOF"), supostamente devido em decorrência de remessas de recursos para empresas ligadas pertencentes ao Grupo OAS nos anos-calendário de 2015, 2016 e 2017 no valor de R\$ 28.377 mil. A Companhia não espera incorrer em perdas relacionadas a esse processo. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstân-

2019, a Companhia possuía coberturas de seguros contra riscos de responsabilidade civil no montante de R\$ 70.000. O seguro contra riscos nomeados e operacionais visa cobrir danos materiais e/ou reembolso dos prejuízos que possa ocorrer em consequência dos riscos na realização das atividades objeto da concessão e o seguro de responsabilidade civil visa cobrir perdas e danos devidos a terceiros e relacionados com a responsabilidade decorrente dos seus negócios. **21. Acordo de Leniência - Grupo OAS:** A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Advocacia-Geral da União (AGU) assinaram em 14 de novembro de 2019, acordo de leniência com o Grupo OAS, investigado no âmbito da Operação Lava Jato. Em função deste acordo, o Grupo assume o compromisso de pagar integralmente o valor de R\$ 1.929.257.982,37 (um bilhão, novecentos e nove milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, novecentos e oitenta e dois reais e trinta e sete centavos), em parcelas anuais, atualizadas pela SELIC, com vencimento para 2047. O Acordo estabelece a obrigatoriedade de aperfeiçoamento do atual programa de integridade do Grupo OAS, determinando seu acompanhamento e aprimoramento contínuo, inclusive com a implementação da certificação ISO 37.001, com foco na prevenção da ocorrência de ilícitos e privilegiando em grau máximo a ética e transparência na condução dos negócios das empresas. Dentre os benefícios legais assegurados com a celebração e regular execução do Acordo está a autorização para que as empresas do Grupo OAS voltem a poder celebrar contratos com a Administração Pública. **22. Eventos subsequentes: Recuperação Judicial - Grupo OAS:** Em decisão judicial proferida no dia 03 de março de 2020, pela 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo, foi decretado o fim do processo de Recuperação Judicial do Grupo OAS. O encerramento da Recuperação Judicial, cujo processamento foi iniciado em 1º de abril de 2015, ocorreu após serem consideradas cumpridas todas as obrigações vencidas no prazo de fiscalização, então em vigor. A ampla reestruturação implementada culminou em expressiva redução da dívida da empresa, drástica redução de despesas, revisão e otimização dos processos internos e fortalecimento da área de Compliance. Com isto, o grupo volta-se agora para a prospecção de novos negócios, utilizando-se da capacidade técnica existente e da excelência na prestação de seus serviços em engenharia, seja para clientes públicos ou privados. **COVID-19:** A Companhia tem acompanhado atentamente os impactos do COVID-19 nos mercados de capitais mundiais e, em especial, no mercado brasileiro onde atua. Dada a pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde - OMS em 13 de março de 2020, até a presente data, não houve quaisquer eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

Contador: William Cardillo de Almeida - CRC 305965/O-9

BDO

BDO RCS
Auditores Independentes SS Henrique Herbel de Melo Campos
CRC 2 SP 013846/O-1 - S-BA Contador - CRC 1 SP 181015/O-3 - S-BA

Salvador, 06 de maio de 2020

Guarulhos confirma mais nove óbitos por covid-19; total de mortes chega a 99

DA REDAÇÃO - Nove óbitos que estavam sob investigação, sendo seis homens, com idades entre 39 e 83 anos, e três mulheres, de 46, 58 e 86 anos, tiveram a causa da morte confirmada para coronavírus (covid-19) ontem. Com isso, lamentavelmente são 99 óbitos confirmados em Guarulhos, enquanto que outros 62 seguem em investigação.

O número de pessoas diagnosticadas com a covid-19 é de 730. As informações são do Boletim Epidemiológico divulgado pela Secretaria da Saúde, que demonstra ainda que, dos 4.737 casos notificados, 2.252 foram descartados e 1.755 seguem em investigação. No Centro de Combate ao Coronavírus (3C-Gru) 33 pessoas estão internadas, uma a mais do que ontem, permanecendo o mesmo número de pacientes internados



FOTO: DIVULGAÇÃO/PMG

em UTI, oito. A boa notícia é que nesta quarta-feira outras quatro pessoas que estavam internadas no local receberam alta.

A taxa de ocupação dos leitos de UTI dos hospitais municipais permanece 73,08%. Já a de leitos clínicos baixou de 64,38% para

63,16%. Os hospitais estaduais instalados na cidade continuam sem vagas para os leitos de UTI. Na média geral, Guarulhos permanece com a taxa de ocupação de 89,39% dos leitos de alta complexidade e de 65% dos leitos clínicos, uma simbólica queda de 1,23% nas últimas 24 horas.

Cidade registra pior índice de isolamento social

FOTO: RÔMULO MAGALHÃES/ESTADÃO



DA REDAÇÃO - Guarulhos registrou o pior índice de isolamento social nesta terça-feira (05) com 47%. A taxa vem caindo desde domingo (03) quando chegou a 63%. Na segunda-feira (04) o percentual chegou a 49%.

O prefeito Guti comentou ontem o baixo índice da cidade e reforçou o pedido para que os guarulhenses fiquem em casa. "Com esse nível de isolamento e os nossos leitos de UTI começando a ficar cheios é impossível falar em reabertura da cidade ou em flexi-

bilização", destacou durante a live nas redes sociais.

Guti estava acompanhado do secretário de Assuntos para a Segurança Pública, Marcio Pontes, que destacou as constantes aglomerações principalmente na região do Lagos dos Patos e no parque da avenida Transguarulhense. "Entre os dias 01º e 03 de maio nosso telefone da Guarda Civil Municipal recebeu 400 chamadas. Parece que as pessoas não estão acreditando que a doença existe", disse.

Alteração de atestado de óbito é usada por negacionistas do coronavírus para expor 'fraude' inexistente

DA REDAÇÃO - Circula nas redes sociais vídeo que mostra dois homens afirmando que teriam sido obrigados a alterar o atestado de óbito da mãe, de arritmia e insuficiência cardíaca para covid-19, em Guarulhos. O conteúdo, no entanto, não comprova "fraude" nas estatísticas da doença em São Paulo, como é apontado em comentários e legendas. Postagens com o vídeo tiveram mais de um milhão de visualizações no Facebook até terça-feira (05).

O caso ocorreu na semana passada. De acordo com informações da prefeitura, a vítima deu entrada na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Paulista, em estado grave, e faleceu na noite de quinta-feira (30). Uma hora depois da morte, o exame de covid-19 ficou pronto, com resultado positivo. As autoridades solicitaram então a atualização do documento aos familiares, como é procedimento padrão.

Em outro vídeo publicado em seu perfil pessoal, um dos filhos confirma as informações: "Minha mãe fez exames de covid-19 na quarta-feira à noite. Depois que veio a falecer, passa uma hora ou uma hora e meia, eles falaram que saiu o resultado e deu positivo". São três vídeos no total, compartilhados em sequência, no dia 1º de maio.

Pessoas com doenças cardiovasculares estão no grupo de vulnerabilidade para o novo coronavírus. Segundo especialistas e estudos consultados pelo jornal O Estado de S.Paulo, a infecção aumenta o risco de morte e também pode, por si só, provocar agressão cardiovascular. Com isso, a mortalidade desses indivíduos por causa da covid-19 é três vezes maior do que a da população em geral. A idosa tinha 64 anos.

Em transmissão no Facebook, o prefeito Guti, e o secretário de Saúde, José Mario Clemente, comentaram o caso, alegando que receberam permissão da família. Clemente afirma que o laudo foi feito de maneira correta com insuficiência cardíaca, mas que seria crime deixar de fazer a notificação compulsória de covid-19 após o resultado positivo do exame. O secretário também disse que a situação traz mudanças no sepultamento, por razões de segurança. O corpo foi enterrado no Cemitério Necrópole do Campo Santo (Vila Rio).

O Ministério da Saúde esclarece que são de notificação compulsória todos os "casos suspeitos ou confirmados de doenças que podem implicar medidas de isolamento ou quarentena, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional", situação em que a covid-19 se encontra.

Prorrogação das regras

A prefeitura publicou nesta terça-feira (05) o decreto 36.835/20, que prorrogou as regras de isolamento social, com a proibição de funcionamento de estabelecimentos comerciais não essenciais até o próximo domingo, dia 10 de maio.

A prorrogação buscou atender à recomendação do Ministério Público e também dar continuidade às medidas de prevenção ao contágio pelo coronavírus a fim de reduzir a transmissão e garantir a manutenção dos serviços de saúde na cidade.



Servgás Distribuidora de Gás S/A

CNPJ (MF) 55.332.811/0001-81

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 11 de Maio de 2020, Segunda-Feira, às 10:00 horas, na sede social da empresa, situada na Rua Santa Clara, 140-C - Vila Paraíso, em Guarulhos/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2019. II - Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2019. III - Outros assuntos. Guarulhos/SP, 15 de Abril de 2020. Darcy Zacharias - Diretor Presidente. (01-05-06)

